

Ação contra portaria

SÃO PAULO – O Ministério Público Federal ingressou ontem em São Paulo com ação civil pública pedindo a suspensão imediata da portaria do Ministério das Comunicações que restringe a transferência de linhas telefônicas a partir de 1º de novembro. O procurador André de Carvalho Ramos alega que a portaria é inconstitucional, pois fere os direitos adquiridos dos atuais proprietários de telefone.

A decisão vai beneficiar todos os proprietários de linhas telefônicas do país. O procurador acrescenta que a portaria fere o direito à livre transferência e viola o Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a alteração unilateral em prejuízo do consumidor.

Segundo Ramos, a restrição só pode ser feita em relação às linhas vendidas a partir de 1º de novembro.

“O atual titular não pode ser atingido por esta portaria”, afirma. O Ministério Público quer evitar uma avalanche de ações individuais, que só oneraria os cofres públicos. O procurador enviou ofício ao departamento jurídico do ministério na última quarta-feira pedindo a revisão da portaria, mas não recebeu resposta.

O Sincotel (Sindicato das Empresas Corretoras de Cessão de Direitos de Uso de Linhas Telefônicas do Estado de São Paulo) entrou ontem com queixa crime contra o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, junto ao Supremo Tribunal Federal. Na semana passada, Motta declarou que os especuladores de telefone deveriam ser “apedrejados”. Na ação, o sindicato acusa o ministro de “incitação ao crime”.